



Anais da Assembleia

Nº 136 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE OUTUBRO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 110.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1991

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Pregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton César, Orlando Pesutti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausente o seguinte Senhor Deputado: José Arthur Ritti (01). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Eurides Moura e José Afonso Júnior (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2769

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei nº

478/91, que dispõe sobre a remuneração do pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior do Estado do Paraná, visa ainda, instituir a tabela única de salários do pessoal técnico-administrativa das referidas autarquias.

Sala das Sessões, em 21.10.91

(a) EMÍLIA BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2767

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.10.91

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 2776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de voto de congratulações para o Doutor Giocondo Villanova Artigas.

Sala das Sessões, em 21.10.91

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O Professor Giocondo Villanova Artigas é paranaense de Curitiba, onde formou-se em Medicina, pela Universidade Federal do Paraná.

Com mais de 100 trabalhos publicados, fez parte nos últimos 12 anos de todas as bancas examinadoras da maioria dos concursos para Professor Titular nas principais Universidades Brasileiras.

Foi homenageado recentemente pelos seus "discípulos" com uma obra inédita intitulada "GIOCONDO VILLANOVA ARTIGAS - O formador de cirurgiões", nas 120 páginas do livro há depoimentos dos mais expressivos profissionais que atuam em Medicina no Brasil e no exterior.

O Chefe da disciplina de Cirurgia do Hospital de Clínicas da UFPR, que foi seu aluno, o Doutor Afonso Antoniuk tem a seguinte opinião a respeito do Doutor Giocondo: "É uma pessoa que não formou apenas bons cirurgiões, mas que através de seus conceitos e sabedoria fez de seus discípulos homens preparados e maduros".

O Professor Giocondo Villanova Arti-

gas, foi homenageado no dia 17 próximo passado, em São Paulo com a Medalha Nacional do Mérito Médico da Associação Médica Brasileira. Essa honraria foi instituída no ano passado, sendo que seu primeiro homenageado foi o cirurgião Abib Jatene, famoso em todo o mundo.

Giocondo Villanova Artigas é responsável, na opinião de vários especialistas, por ter colocado o Paraná "no mapa" da cirurgia geral brasileira.

É um "Bicho do Paraná" se destacando numa das áreas mais difíceis e necessárias do País.

REQUERIMENTO N° 2766

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Coronel QOBM Miguel Arcanjo Capriotti digno Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná solicitando providências para dotar o Corpo de Bombeiros de Arapongas de novas viaturas que atendam as necessidades tanto da cidade sede quanto dos municípios que fazem parte da área de atuação daquela corporação.

Sala das Sessões, em 21.10.91

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

O Corpo de Bombeiros de Arapongas foi criado via convênio do Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Arapongas.

Inicialmente o seu quartel ocupava uma área de 1.050 m², 378 m² de área construída e hoje um terreno de 4.459,77 m², adquirido pela Prefeitura Municipal para tal fim, ocupa uma área construída de 556 m².

A Prefeitura Municipal também doou ao Corpo de Bombeiros 01 (uma) viatura Auto Tanque para 3.000 litros d'água e 01 (uma) viatura Auto Tanque com capacidade para 6.000 litros d'água que atendem as ocorrências da região.

Ocorre que a área de atuação do Corpo de Bombeiros de Arapongas com um efetivo de 41 (quarenta e um) militares atende além do Município sede, 10 (dez) outros a saber: Rolândia, Sabáudia, Jaguapitã, Guaraci, Mirassolva, Florestópolis, Centenário do Sul, Porecatu, Lupionópolis e Cafeara, o que torna as suas necessidades muito maiores.

Esta é a razão do apelo que se faz ao Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2770

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente ao Governador do Estado

do Paraná, no sentido de implantar junto ao DETRAN-PR um departamento exclusivo para atender os Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, dessa forma dando maior agilidade nos documentos solicitados pelos Municípios, e atendendo uma reivindicação justa da população.

Sala das Sessões, em 21.10.91

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

O DETRAN-PR, desenvolve um trabalho dos mais preciosos com competência e dinamismo, mas os Municípios da Região Metropolitana carecem de um departamento exclusivo no sentido de dinamizar todos os documentos encaminhados ao DETRAN, pois atualmente está ocorrendo morosidade devido o acúmulo de documentos enviados a este Órgão em todo o Paraná, dessa forma com a implantação de um órgão exclusivo metropolitano, descentralizaria os trabalhos, e certamente resolveria com mais rapidez os assuntos da Região Metropolitana de Curitiba.

Toda a região está sentindo uma evasão do IPVA em virtude de que a documentação da Capital do Estado é 100% (cem por cento) mais ágil, então com essa implantação do departamento exclusivo metropolitano, os despachantes resolveriam mais rápido e os Municípios voltariam a resgatar a parcela do IPVA que está saindo dos Municípios.

REQUERIMENTO N° 2771

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, digníssimo Secretário dos Transportes, no sentido de que seja determinado estudos para a construção de um eixo rotatório na PR-323, na altura do quilômetro 151, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 21.10.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido, respaldado por mais de 60 assinaturas de proprietários e contribuintes, das empresas instaladas nas margens e proximidades do Km 151, da rodovia 323, próximo a entrada de Umuarama, se justifica pelo prejuízo e dificuldades que vem ocasionando aos transeuntes, mormente motoristas de caminhões e veículos pesados, quando do acesso a uma das margens da rodovia citada.

Ocorre que a pista dupla, sem contorno próximo a esse local, exclui a possibilidade de movimentar as vendas e os serviços oferecidos pelas empresas ali instaladas, além de onerar em despesas de combustível a obrigatoriedade de se percorrer longo trecho para se efetuar o retorno. A

construção de uma rótula, ou eixo rotatório pedido viria a oferecer segurança, economia e oportunidades iguais a todos, de ambos os lados, para venderem seus serviços, especialmente os de lubrificação e abastecimento de combustível.

REQUERIMENTO Nº 2772

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de reivindicar a liberação de recursos financeiros para a construção de um muro ao redor da "Escola Estadual Almirante Tamandaré" - Ensino de 1º grau, em Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 21.10.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Em expediente de nº 036/91, de 19.04.91, a Diretoria da "Escola Estadual Almirante Tamandaré", assinado também pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara e pelo Presidente da Associação de Pais e Mestres do referido estabelecimento, reivindicou junto à FUNDEPAR, a construção de um muro ou alamedado ao redor da instituição de ensino, visando dar maior proteção aos alunos, professores e servidores, uma vez que, pelas razões ali explicitadas, trata-se de grande problema a ação de vândalos e desocupados ao redor da escola.

REQUERIMENTO Nº 2773

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Osni Ribas Alves, digníssimo Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA/Regional Paraná, no sentido de que seja liberado recursos financeiros e/ou materiais, para a construção de uma creche no Bairro Tiradentes, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 21.10.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Umuarama, nesta administração, vem se preocupando com a realidade social existente a nível de sede e de seus distritos administrativos.

Através de sua Secretaria de Bem Estar Social, a Prefeitura coloca-se neste processo, como instrumentalizadora das iniciativas da comunidade e, em particular, no que se refere a creches, não só por entender que o menor necessita de um local para ser atendido em suas necessidades bá-

sicas e que creche é um direito da mulher trabalhadora.

Porém, compreende também que o acesso ao trabalho é a questão principal, em toda a ação que busque a promoção social.

Nada mais justo, portanto, que num município onde se vem buscando a industrialização, o mesmo coloque à disposição da comunidade trabalhadora, uma rede de serviços básicos, como é considerada a creche.

O município conta hoje com 15 creches, distribuídas com 8 na sede e 7 nos distritos. Junto a estas, desenvolve um trabalho de assessoria técnica e financeira, ou seja, subvenciona-as financeiramente e ao mesmo tempo, tenta assegurar a qualidade do trabalho junto a seus funcionários e diretoria.

No entanto, apesar disto, existem áreas descobertas ainda por este tipo de serviço, e nas quais a comunidade organizada reivindica.

Portanto, Umuarama necessita hoje, de mais creches para atender a demanda atual.

Os objetivos, dentre outros, são:

1. ampliar o quadro de creches existentes no município, gerando mais vagas para o atendimento ao menor;
2. dotar áreas desprovidas e cuja necessidade é emergente, com o serviço de creche;
3. qualificar o atendimento ao menor, nestas instituições;
4. possibilitar à mãe o trabalho remunerado e conseqüente aumento na renda familiar;
5. atender às reivindicações da comunidade.

REQUERIMENTO Nº 2774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Homero Morinobu Oguido, mui digno Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, no sentido de que seja determinada a liberação de recursos e/ou a implantação do "Programa de Combate à Erosão", no Distrito de Herculanãdia, no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 21.10.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito apresenta uma grande e antiga cratera na sede, cuja presença ameaça a segurança dos transeuntes e reduz a área útil, causando grandes prejuízos aos proprietários e se encontra em processo de aumento vertiginoso.

Os recursos financeiros liberados para Prefeitura promover o fechamento da erosão, é uma das alternativas, ou então in-

cluir o Distrito no Programa dessa Secretaria.

REQUERIMENTO N° 2775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados expedientes oficiais a Senhora Margarida Maria Maia Procópio, Ministra da Ação Social; Senhor Doutor Alcení Guerra, Ministro da Saúde; Senhor Professor Carlos Alberto Chiarelli, Ministro da Educação, solicitando e recomendando a implantação de um CENTRO INTEGRADO DE APOIO À CRIANÇA - CIAC, no Município de ASSIS CHATEAUBRIAND.

Sala das Sessões, em 21.10.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Com a divulgação do plano do Governo Federal na área da assistência à criança, o Município de Assis Chateaubriand/PR, não pode ficar sem ser contemplado com o já ansiosamente esperado CIAC.

Esse projeto de educação e assistência à criança de uma maneira integrada, com a preocupação com a saúde e permanência do estudante na escola, sem dúvida, será um grande avanço na solução de um dos maiores problemas do município, que é o da educação.

A ação de entidades diferentes que tratam das questões na área da saúde, da alimentação, da educação formal e da socialização do jovem em idade escolar, faz com que os recursos sejam esparsos e poucos, pois a sua pulverização dificulta a sua efetiva aplicação.

REQUERIMENTO N° 2768-A

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE FINANÇAS, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 398/91, que institui pagamento diferenciado para os estudantes de 1° e 2° graus, no transporte coletivo das regiões metropolitanas no Estado do Paraná, REQUER, na forma prevista pelo Art. 28, inciso V, combinado com o Art. 131, ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Departamento de Serviços de Transporte Comercial da Secretaria dos Transportes, para que o mesmo proceda a apreciação e manifeste seu parecer acerca da matéria.

Sala das Sessões, em 21.10.91.

(aa) DURVAL AMARAL

ALCEU SWAROWSKI

REQUERIMENTO N° 2768

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inserção nos Anais da Assembléia, do Editorial "A engrenagem", publicado na edição do dia 15 de outubro de 1991, do jornal "O Paraná". (anexo)

Seja dado conhecimento, mediante envio de cópia desta proposição, à direção do referido diário; à reitoria da UNIOESTE; às quatro instituições de ensino superior que compõem a UNIOESTE: FACITOL, FACIMAR, FACISA e FECIVEL; à Presidência da CACIOPAR - Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná; e da AMOP - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.10.91.

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

O progresso e o desenvolvimento brasileiro, somente serão alcançados com efetivo avanço tecnológico direcionado para a modernidade, e a realização desta meta a que a Nação se propõe e que o País - ainda desorganizadamente - persegue, somente será possível com iniciativas locais ou regionais, que venham desencadear um processo nacional.

A época de crise com a qual nos deparamos, exige o despertar da criatividade, da competência, do engajamento e participação das forças vivas da sociedade, na busca das alternativas que determinem o limiar de um novo tempo.

A iniciativa conjunta da comunidade universitária do Oeste do Paraná, dos órgãos governamentais e da iniciativa privada engajados, merece reconhecimento, assim como o merece quem sabiamente interpreta e estende a alvissareira notícia através dos meios de comunicação, neste caso o jornal "O Paraná".

Visa, a presente proposição, registrar o reconhecimento aos setores que tomaram a iniciativa e ao veículo de comunicação que, com publicações similares, viabiliza a aproximação de toda comunidade a tão significativa proposta e incentiva sua participação.

Diante do exposto, esperamos merecer parecer favorável à presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Há algum tempo nesta tribuna, este Parlamentar efetuou algumas denúncias sobre a intermediação de empresas de asseio e conservação na locação de mão-de-obra, principalmente para órgãos e empresas públicas do Estado do Paraná.

Mais do que isto, na ocasião fizemos

uma demonstração que este tipo de atividade, na verdade, se constituído como uma forma de aluguel de pessoas e que é, portanto, uma atividade condenada por todas as convenções internacionais do trabalho, do qual o Brasil é signatário, e são incompatíveis com os princípios de respeito à dignidade da pessoa humana e incompatíveis com os princípios democráticos nas relações de trabalho.

Para nosso profundo desagrado, tomamos conhecimento hoje de denúncias até mais graves do que as anteriormente feitas da tribuna.

Através do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Vigilância no Estado do Paraná, tomamos conhecimento de que diversas empresas públicas do Paraná, como a URBS, empresa municipal, Departamento da Polícia Civil do Estado do Paraná, Fundação Teatro Guaíra, Copel, Empresa de Correios e Telégrafos, Eletrosul e outras, têm mantido contrato de prestação de serviço alocando vigias e vigilantes nestas empresas, através da empresa Ilicon que inclusive está em condições absolutamente falimentares, não tem recolhido sequer fundo de garantia por tempo de serviço e, o que é mais grave, são hoje cerca de 250 trabalhadores sem recebimento de salário e sem recebimento das verbas de rescisão do contrato de trabalho.

O que é mais grave, esta empresa está recebendo dinheiro público para pagar uma parte a seus empregados, não está recolhendo as contribuições sociais e deixando os empregados literalmente em estado de fome, como temos aqui hoje inclusive pessoas presentes neste plenário que estão passando fome. Enquanto isto, estes órgãos públicos estão pagando à empresa valores que não são repassados aos empregados.

O que é mais grave ainda, tivemos conhecimento por exemplo que na Telepar uma empresa que ganhou a concorrência, a empresa Metropolitana de Vigilância, tem inclusive uma certidão positiva na qual se comprova que é uma grande devedora de impostos no Estado do Paraná. Apesar disto, esta empresa foi contratada pela TELEPAR, está pagando aquela empresa os valores do contrato e esta empresa está sonegando as contribuições sociais e os impostos devidos. Sabemos que este tipo de contrato tem sido uma das formas mais vis de corrupção existentes no País, somente comparada à corrupção da LBA. Porque nós estamos vendo empresas de órgãos públicos pagando a estas empresas que deveriam pagar apenas uma parte aos empregados e nem isso estão pagando.

E aí é importante registrar aqui uma questão. A Lei 6.019 é muito clara, se a empresa locadora de mão-de-obra não pagar os seus empregados, não recolher as suas

contribuições sociais, ficará a tomadora, no caso essas empresas e esses órgãos públicos, obrigados a pagar por aquilo que as empresas locadoras de mão-de-obra não pagaram, ou seja, o Estado, que já está estimulando aluguel de mão-de-obra, exploração hedionda do trabalho, ainda estará obrigado a pagar duas vezes pelo mesmo trabalho porque não tomou as cautelas necessárias para verificar as condições reais financeiras dessas empresas e porque não se acautelou em verificar se, efetivamente, essas empresas de vigilância estão recolhendo as contribuições sociais.

Eu disse hoje aos representantes do sindicato: me parece claro que nós estamos perante uma situação vergonhosa de dilapidação do patrimônio público que, no meu entendimento inclusive, além de ações penais cabe, inclusive, uma ação popular para fazer os reponsáveis, que assinam esse tipo de contrato, com empresa sem idoneidade financeira, ressarcirem aos cofres públicos aquilo que o Estado e os órgãos públicos irão pagar a essas empresas irregulares, fraudulentas e criminosas.

Eu queria também, nesse sentido, manifestar aqui uma posição de que nós temos que exigir do Ministério do Trabalho, que tem a obrigação legal de verificar o funcionamento dessas empresas, as condições de suas instalações para que o Ministério do Trabalho, efetivamente, cumpra o seu papel aqui no Estado do Paraná. Nós temos que cobrar da Polícia Federal para que ela cumpra, acompanhe e fiscalize essas empresas. Temos notícias, Senhor Presidente e Senhores Deputados que trabalhadores estão recebendo armas sem sequer ter feito curso de vigilante e sequer tendo porte de armas, colocando em risco a população. Inclusive, estamos caminhando para uma situação que está ocorrendo no Estado do Rio de Janeiro, onde essas empresas, na verdade estão se transformando num bômba para os grupos exterminadores de menores e de marginais em nosso País, o que é algo absolutamente indesejável e nós temos que exigir, enquanto Poder Legislativo do Estado do Paraná, que a Polícia Federal venha ao nosso Estado e cumpra a sua função de fiscalizar essas empresas.

E, finalmente, o que é mais importante para nós, temos que criar regras e critérios sérios e severos para a contratação desse tipo de empresas. Não é mais possível que órgãos públicos estejam contratando esses tipos de empresas sem sequer tomarem as cautelas necessárias no sentido de verificar as condições financeiras dessas empresas, a maioria inadimplentes de impostos e encargos sociais, sequer tendo capital para arcarem com os salários de seus funcionários.

Então, nesse sentido, nós entendemos

que é urgente que se faça, que se adote essas medidas aqui no Estado do Paraná. Nós não podemos conviver, no limiar do século XXI, com atividades tão bárbaras como essas que nós estamos, lamentavelmente, vendo no Paraná e com apoio explícito de órgãos e empresas públicas do nosso Estado.

Também, Senhor Presidente, me permita, aproveitando o espaço que nos resta no horário das Lideranças, para informar a esta Casa que hoje se encontra aqui, no plenarinho da Assembléia Legislativa do Paraná, a comissão parlamentar de inquérito do Congresso Nacional que trata da violência no campo. Essa comissão hoje composta por diversos Deputados de vários partidos já esteve reunida com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, com representantes do Tribunal de Justiça do Paraná, e hoje está aqui nesta Casa para tomar depoimentos de diversas pessoas, entidades envolvidas na questão agrária do Estado do Paraná, desde trabalhadores a representantes do empresariado rural, inclusive as autoridades públicas do Estado do Paraná. Neste momento em que vem a comissão do Congresso Nacional a esta Casa, nós nos sentimos na obrigação de lembrar que já por diversas vezes desta tribuna e também através de diversas entidades populares do nosso Estado, nós denunciemos o clima de terror que se instala no campo em nosso Estado. Nós denunciemos desde fevereiro deste ano a constituição de consórcios de fazendeiros que estão contratando pistoleiros no norte do país, comprando armamento sofisticado com objetivo de eliminar trabalhadores rurais e lideranças políticas e sindicais no nosso Estado. Infelizmente, seremos obrigados hoje a mostrar a CPI que no Estado do Paraná a omissão com relação a violência é muito grande. O governo do Estado embora tendo ciência da constituição desses grupos até o momento não tomou nenhuma medida concreta, exceto a tradicional e habitual persuasão feita contra os trabalhadores rurais sem terra. É preciso também aqui, Sr. Presidente colocar os pingos nos "is", é preciso lembrar aqui também o papel lamentável que tem exercido o Poder Judiciário neste Estado, que tem se caracterizado na questão fundiária, como um Poder conservador, um Poder reacionário, um Poder que se nega a observar e a julgar a questão fundiária no Paraná como uma questão social, se nega a ver a questão da propriedade na sua função social que está determinada na Constituição e também esse Poder que jamais tibi- beou, em menos de duas horas em dar uma liminar, determinando inclusive o despejo com violência dos trabalhadores e sequer determinando que o INCRA fosse fazer uma vistoria em áreas abandonadas como nós ti-

vemos recentemente num município próximo de Londrina. Então é preciso que esta CPI saiba desta postura que nós temos aqui lamentável do Poder Judiciário e principalmente que mais responsabilidade têm nesse processo é preciso e é um bom momento oportuno para que essa comissão leve a opinião do Estado do Paraná com relação a omissão criminosa que o governo federal vem fazendo na questão fundiária em nosso Estado, se omitindo vergonhosamente de intermediar qualquer conflito, de promover as desapropriações, de restabelecer o equilíbrio jurídico entre as partes e de promover a reforma agrária que é sua obrigação legal e constitucional. É por isso que nós entendemos neste momento importante que o Paraná, embora sem a competência legal e em especial este Poder que tantos esforços tem feito para a pacificação do campo no nosso Estado, que nós também levemos até essa comissão as preocupações que o nosso Estado e este Poder têm com relação a essas posturas omissas e criminosas e em especial do Governo Federal.

Era isso, Senhor Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

No ano passado era para ter tido o censo que acabou sendo adiado para este ano em função de decisão política do Governo Collor de não fazê-lo, mesmo que a não realização dele prejudicasse vasto campo das ciências sociais do nosso país.

Adiado para este ano, temos visto declarações dos responsáveis pelo IBGE, inclusive do Senhor Sinval Dias dos Santos, responsável Superintendente do IBGE no Paraná que até o mês de novembro esse censo estará concluído. Nós podemos dizer que esse censo não será concluído até o mês de novembro, e provavelmente não será concluído este ano. A razão da não conclusão desse censo é a maneira que tem se comportado a direção do IBGE e o Governo Federal na figura do Presidente Fernando Collor. Os recenseadores que foram contratados tem sido desrespeitados em todos os seus direitos e por isso já em vários Estados do Paraná, Bahia, Pará estão paralisando seus trabalhos em função do salário que está sendo pago. Alguns outros Estados estão com o censo muito atrasado por efetua-lo em operação tartaruga. O salário hoje de um recenseador é pago na base de produção e por mais que ele trabalhe, por mais que se desdobre, esse salário não chega a cem mil cruzeiros. Gira em torno médio de cinquenta mil por mês. O pagamento é feito de maneira atrasada e cada recenseador, principalmente na nossa capital

se quiser sair para o trabalho, recebendo ainda atrasado, tem que pagar o ônibus, tem que pagar alimentação, não é feita nenhuma ajuda de custo. Esses recenseadores foram contratados baseados na Lei nº 6.666, lei esta já revogada, e deveria ser obedecida a Lei nº 8.112 que é a lei do regime único, onde reza em um de seus artigos que devem ser trabalhadores contratados em regime de urgência e para isto feito teste seletivo. Todos os contratos assinados não reza o tempo de duração, não reza como vai ser rompido e esses trabalhadores massacrados, sem vínculo empregatício, sem direito trabalhista, sem salários decentes, reivindicam um mínimo de decência, um mínimo de respeito para continuar trabalhando. Alega o IBGE que não tem dinheiro para um melhor pagamento, mas no entanto em nossa cidade tem feito locações de Flat's para que lá sejam tabulados os trabalhos, quando em recenseamentos anteriores a tabulação de trabalhos, dos dados, eram feitas em órgãos públicos ou em igrejas. Esses trabalhadores lutando pelos seus direitos paralisaram os trabalhos. O IBGE, ao contrário de pedir, de renegociar uma melhoria salarial, montou um aparato repressivo rompendo o contrato unilateralmente. Não bastasse a ruptura desses contratos acionou a Polícia Federal que tem invadido as casas desses cidadãos, desses recenseadores. A polícia Federal alega que tem mandado judicial para invadir, mas não mostra para nenhum dos cidadãos para que eles possam ler se aquele realmente é um mandado ou simplesmente um papel. Invade as casas e revista gavetas dizendo que procura material do IBGE e mesmo com o material nas mãos esses policiais, nenhum deles, dá recibo de apreensão do material, o que caracteriza roubo de material do IBGE por parte da Polícia Federal. Nós desta Tribuna, em nome do Partido dos Trabalhadores, cobramos do Coordenador do Centro de coletas, Senhor Eduardo de Souza, cobramos dos responsáveis do IBGE Senhor Sinval Dias dos Santos a mais rápida solução para estes problemas. E cobramos também do Superintendente da Polícia Federal o fim dessa montagem repressiva e dessa ação intimidatória a esses trabalhadores. E queremos e cobramos dignidade a esses trabalhadores, a esses recenseadores em nome do Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Grande Expediente, Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há poucos dias atrás tive que me ausentar desta tribuna, principalmente na semana passada por problemas de saúde em

minha família.

Tivemos, de fato, uma semana difícil. Difícil até para suportar muitas posições que se vêem tomadas a nível de plenário desta Casa.

Hoje estamos vendo no "Jornal do Estado" uma matéria lamentável a que diz nada mais nada menos que a verdade a respeito da vida em que se encontra o Servidor Público Estadual.

Estamos vendo aqui registrado neste diário uma matéria lamentável, e diz o seguinte a manchete: "Salário baixo faz soldado se entregar. Desesperado com o baixo salário que recebe por mês o soldado Adenísio Pimenta, lotado no 1º Batalhão da Polícia Militar, decidiu encerrar a sua carreira após 18 anos na Corporação". Mais adiante diz: "... era impossível sustentar a família com salário de 80 mil cruzeiros mensais que recebe da Polícia Militar". Chorando o soldado contou que a mulher e os dois filhos não se alimentam há três dias. O delegado de plantão encaminhou o caso ao Quartel da Polícia Militar. O assessor de Relações Públicas da Polícia Militar, coronel Brandino Ribeiro, que provavelmente não vive com o salário do soldado militar, para defender a vergonhosa situação, para tentar justificar esta situação, para tentar acobertar esta miséria em que vive os servidores públicos deste Estado, vem alegar o seguinte a respeito do militar. "Há um problema de "stress". Segundo o coronel, o soldado será dispensado do plantão de amanhã, quando deverá ser ouvido pelo comandante do 1º Batalhão da Polícia Militar, Cel. Adilson Fernandes. E diz: "Ele está estressado e precisa descansar".

Ontem, no 1º Batalhão da Polícia Militar os oficiais de plantão evitaram comentar a atitude de Adenísio. Mas alguns soldados disseram entender o desespero do colega. E confirmaram: "Os salários estão mesmo muito baixos e não dá para viver", disse um sargento. Pela manhã circulou uma versão de que Adenísio teria sido detido por indisciplina.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta é a situação de fato em que vive o trabalhador deste serviço público no Estado do Paraná. E, lamentavelmente, quando se vem com propostas a esta Casa que defendam os interesses dos trabalhadores do serviço público, quando se vem com propostas pedindo criação de comissões, pedindo que se vejam, que se sentem à Mesa, que se estabeleça uma política salarial, lamentavelmente esta Casa e sua maioria abate a cabeça e vota contra. Isto entristece. Ainda bem que o povo do Paraná, ainda bem que cada município do Paraná não tras para esta Casa representação para assistir como as coisas são decididas e são vota-

das. Porque nós temos certeza, se cada município do Paraná trouxesse a esta Casa, nas semanas em que se trabalha, representantes de seus municípios, com certeza muitos Deputados não teriam coragem de voltar às suas bases e descer do seu carro para enfrentar aquela população. E aqui, de fato, a coisa se caracteriza. De fato, a frase da ex-ministra Zélia Cardoso tem ressonância neste Parlamento, porque o povo, pelo que aqui se vê votando e decidindo, é apenas um detalhe. E nós temos certeza de que muitos Deputados vão ter que pagar festas, vão ter que fazer demagogia para justificar a forma pela qual as coisas aqui são votadas e decididas.

Nós vimos e registramos, nesta Casa, na semana retrasada, na coluna do nobre jornalista Mazza, quando ele dizia a verdade a respeito da situação e como as coisas aqui são votadas: abaixa-se a cabeça e vota-se conforme o rei está pedindo para que se vote. Se esquece, aqui nesta Casa, que quem deu o voto para que chegassemos aqui como Deputado foi o povo, foi o eleitor que se decepçiona, de fato, porque aqui todos são jogados, todos são comparados, todos são tidos como Deputados que traem a vontade do povo do Paraná.

Quando nós vimos, na semana passada se estampando nos jornais do Paraná que o Governo do Estado oferecia sugestões ao Governo Collor para que se tire o Paraná, para que se tire o País da situação de ingovernabilidade em que se encontra, nós ficamos estarrecidos. Nós achamos, até, que a proposta seria válida. Se nós vissemos a nossa casa e nos preocupássemos com ela, como estamos nos preocupando com a casa do vizinho. Aqui se faz justamente aquilo que se faz a nível de Congresso Nacional. Aqui se vota e quando nós apresentamos há poucos meses, Projeto derrubado nesta Casa e quando na semana passada tivemos um segundo Projeto, Projeto de Lei derrubado nesta Casa, se caracteriza, mesmo, que o voto de muitos é o voto comprometido pela benesse, pela amarração, porque de fato deve ter tido muita despesa em campanha política e tem que justificar o porquê de votar contra o trabalhador deste Estado.

Quando na semana passada o nosso Projeto de Lei tramitava dizendo da incorporação do tempo de serviço do trabalhador do serviço público, que efetivado seu trabalho, tendo registro em carteira e exercido outra atividade que não a do magistério, lá tinha o seu tempo por oito horas de serviços diários, este mesmo tempo deveria ser incorporado para efeito de dois padrões, porque no magistério do Paraná criou-se o regime diferenciado de trabalho, mas continua o professor sendo tratado como professor que precisa de dois con-

ursos, de dois cargos e na hora em que nós mandamos para esta Casa um Projeto de Lei pedindo que este tempo que ele comprovava, trabalhando durante oito horas na previdência urbana fosse incorporado em seus padrões no Estado do Paraná se vota contra, se derruba o Projeto sem conhecer o mérito, por quê? Porque não está atingindo a vida da família de muitos Deputados que, com certeza, não têm compromisso com o Trabalhador do serviço público, não têm compromisso com o trabalhador do Estado do Paraná. Tivemos o Projeto derrubado, como tivemos outros, como tivemos nesta Casa, recentemente, um requerimento de um Deputado que pedia simplesmente, a criação de uma comissão para tratar dos problemas do índio no Paraná. Votou-se contra por votar contra. Contra porque esse Projeto era de um Deputado que não é um Deputado que diz amém, que não é um Deputado que diz sim, que está nesta Casa para dizer sim. Agora, eu não acredito que as coisas aqui dentro do Parlamento devam ser votadas desta forma. Se não é do Deputados que diz amém a tudo, o Projeto deve ser derrubado na sua iniciativa, quando se esquece que, objetivamente, o Projeto poderia interessar a parcela da população do Paraná.

Nós vimos a extinção do BADEP que esta Casa combateu. Nós vimos o caos que se implantou contra a universidade pública deste Estado e nós vemos aqui, muitas vezes, Deputado ocupar essa tribuna quando é preciso defender as ações do Governador, pegar com garra a Constituição, mostrar os direitos constitucionais. Mas quando é para se defender o direito do trabalhador vota-se contra. Num Projeto passado, quando nós pedíamos à Liderança do Governo que nos provasse a despesa de quase 250 milhões de cruzeiros que foi alegada para a não aprovação do nosso Projeto, até ontem nós ficamos esperando - e isso já faz mais de dois meses - não obtivemos resposta, porque tínhamos certeza do que estávamos fazendo. E não viemos a esta Casa para apresentar Projetos demagógicos ou que não interessem ao Paraná. Mas não fomos eleitos pelo Governador do Paraná, não fomos eleitos com o dinheiro público, não fomos eleitos com o dinheiro de prefeitura, não fomos eleitos com o dinheiro do povo do Paraná.

Por isso nós temos, nesta Casa, que defender os interesses do Paraná e de seus trabalhadores. E nós achamos bonito quando se dá sugestão ao Governo Federal, mas esquecemos que também no Paraná não se vive democracia, não se tem democracia, se tem os conchavos, se tem os acordos, se esquece de analisar os méritos, depois se justifica, como aqui já houve neste plenário, que se está votando desta forma porque é homem do governo mas é contra o que

está sendo feito. Ou, quando nesta Casa, após votado, diz de que gostaria que o Deputado reeditasse o seu pedido.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é lógico que o povo do Paraná, o povo brasileiro vai continuar se decepcionando com a classe política - em sua maioria, que o representa, porque nem todos que aqui vêm têm, de fato, compromissos com as questões do Paraná. Mas tem compromissos com os acertos, com os conchavos e com a defesa de interesses próprios. Isso fere o eleitor que depois você vai ter que enfrentar no seu dia-a-dia e você não vai fazer a política da demagogia. Como há poucos dias também, o Presidente do Partido Socialista Brasileiro tentava imputar na Imprensa de que havíamos recebido dinheiro do PTB, estávamos fazendo conchavo com a direita e estava preocupado com nossa postura de crítica ao governo do Paraná. Mas sabe muito bem este cidadão, que nós não estamos dentro do Palácio fazendo acertos como ele tem feito e nós vamos pedir a este cidadão e ele vai ter que provar, a realidade daquilo que ele pôs na Imprensa. Se ele pegou o dinheiro do Estado, se fez viagem de avião a custa do Estado para justificar o seu peleguismo e adesismo, com certeza não será nossa postura como parlamentar desta Casa.

Então nós vimos e assistimos neste Plenário, a paulada que se deu nas universidades públicas, acabou-se com a universidade pública do Estado. Estamos aqui com o Hospital Universitário de Londrina pedindo clemência.

É um hospital que atende o povo. Estamos vendo os leitos sendo desativados, a situação ficando delicada e pouco se está fazendo.

Queremos dar sugestões ao Governo Federal.

O DR. ROSINHA - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte concedido. Quero dizer a Vossa Excelência que tudo o que foi dito concordo plenamente, sem retirar nenhum ponto, nenhuma vírgula. A respeito do que tem acontecido no Estado do Paraná, do Poder Executivo, e o comportamento de grande parte do Poder Legislativo, realmente é preocupante. Enquanto na macropolítica nacional Requião se posa de democrático e sugerindo propostas políticas, a nível do Estado se coloca autoritariamente, agressivamente e não dá ouvidos.

A situação do servidor público do Paraná é desesperadora. Não é só deste soldado, mas de todos os trabalhadores. O governo que é responsável, não apresenta nenhuma proposta. Faz ouvidos moucos e dá com o cacete nas costas destes trabalhado-

res. Estão aí os servidores da Saúde em greve já estiveram outros servidores em greve, e o tratamento do governo é o pior possível. E sabe o Sr. Governador que com sua postura o que ocorre é o desânimo dos trabalhadores do serviço público, é a perda de qualidade do serviço público, é a população não acreditando no serviço público. Isto também é uma política de favorecimento ao setor privado.

Quando algum parlamentar desta Casa propõe algum requerimento que vise encaminhar algumas destas soluções, a bancada governista, súdita do rei, não consegue fazer outra coisa a não ser se colocar de joelhos e dizer "amém". Quando algum parlamentar nesta Casa propõe algum requerimento que visa a fiscalização do governo estadual, não é outra a postura da maioria deste parlamento e principalmente, da bancada governista, representada pelo seu líder Orlando Pessuti, que a não ser a de cair de joelhos e bajular o governante localizado no Palácio Iguazu.

Esta tem sido a postura triste deste parlamento, quando tivemos uma crise nacional e uma crise estadual. Uma crise de credibilidade e uma crise econômica, onde um grupo de parlamentares que apóia o Sr. Governador não faz questão nenhuma de solucionar nada, a não ser agravar. E impede a execução dos trabalhos da Assembleia Legislativa, ou votando contra, ou quando alguma coisa é aprovada, seja CPI ou comissão que objetive qualquer tipo de negociação, ela não se concretize, porque o líder do governo não indica os componentes daquela bancada ou, quando indica, o faz formalmente pedindo para que não compareçam.

Esta tem sido a postura da bancada governista. Postura de súdito perante rei. Postura fisiológica, clientelista, a pior possível, que só faz aprofundar a crise econômica e social e somente faz agravar a situação dos servidores públicos.

Este parlamento e estes Deputados, principalmente, vão ter que rever esta posição, porque será o caos se continuar até o fim desta Legislatura.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço a contribuição de Vossa Excelência e quero registrar mais ainda. Quando na semana passada se registrava aqui na sugestão do governo do Estado a preocupação com a privatização da Usinimas, tenho a certeza que se o governo do Paraná também encaminhasse a esta Casa um pedido de privatização do Banestado, da Copel, ou dos órgãos públicos do Paraná, com certeza seriam aprovados porque as coisas são votadas desta forma. Não é só Congresso Nacional. Nesta Casa se vota igual. Nesta Casa se faz semelhante ao que está fazendo o governo Federal com este

País.

Nós temos que ser verdadeiros, nós temos que ser francos, nós temos que nos preocupar de fato com a situação em que está esse Estado, nós não podemos esquecer da situação em que se encontra o seu povo. Nós estamos vendo as dificuldades para se encaminhar as questões, inclusive em termos de convênios.

Nós estamos vendo ser criados blocos de representação de municípios nesta Casa, é o Bloco agropecuário, é o Bloco municipalista, é o bloco isso, bloco aquilo, está se empurrando por goela abaixo dos municípios falidos do Paraná saúde, educação e nós estamos assistindo o caos até para o recebimento dos convênios a exemplo do que está acontecendo na nossa região do Vale do Ivaí; e eu tenho certeza de que o que está acontecendo lá deverá estar acontecendo na maioria dos municípios do Paraná. Os municípios estão falidos, os convênios não saem, as verbas não vão e ficam os Deputados com a batata na mão. E quando o Deputado Durval Amaral propôs aqui aquele projeto para se estabelecer um prazo mínimo para que se repasse os convênios, não haveria multa, o Governo do Paraná veta esse projeto.

Como é que vamos dizer a verdade de que estamos defendendo os municípios do Paraná! Onde é que estão as verbas destinadas à Saúde que estão levando os municípios do Paraná ao caos? Onde estão as verbas da Educação através de convênio de exploração do trabalhador, professor que recebe com atraso? A nossa região de Ivaiporã e do Vale do Ivaí, é uma certeza, estão os professores e os prefeitos com a batata na mão porque não recebem o repasse de convênio há alguns meses. Esta realidade está posta. Nós temos que ser francos, nós temos que dizer a verdade! Nós estamos aqui para defender os interesses dos municípios e do povo do Paraná, foram eles que nos elegeram. Quem nos elegeu não foi o Governador do Paraná. Quem nos elegeu foi o povo, o eleitor do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a nossa preocupação pelas posturas e pelas posições e pelos votos que se dão neste Plenário. É de decepcionar qualquer cristão. E se cada eleitor, eu volto a frisar, do Paraná pudesse passar aqui uma semana assistindo às votações e as decisões deste Plenário com certeza muitos Deputados jamais desceriam dos seus carros nas suas regiões, porque lá se vende uma imagem e aqui se vende outra totalmente em contrário aos interesses dos municípios e do povo do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Havendo o Horário do Grande Expediente, passa-

se ao Horário das Lideranças.

No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PRN.

(Declina)

PSDB

(Declina)

PMDB - Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, após passar alguns dias na minha base eleitoral, atendendo a vários compromissos nos diferentes municípios que represento nesta Casa, volto à tribuna, no Horário da Liderança do meu Partido, para deixar registrada aqui a nossa solidariedade ao Movimento dos Aposentados Brasileiros que recorrem à justiça em busca de um direito que nós procuramos consagrar na Constituição Federal durante a realização da Assembleia Nacional Constituinte.

Eu já disse aqui, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, por várias vezes, que esta questão da Previdência Social, da Seguridade Social como um todo, da Assistência Social e da Saúde foi um dos assuntos que mais exigiu dos Constituintes a atenção, análise e discussão. E, por isso mesmo, toda vez que eu julgo necessário usar a tribuna da Assembleia do meu Estado, para dizer alto e bom som que esta Constituição não foi feita por acaso e nem para brincadeira, nós o fazemos no absoluto cumprimento de um mandato que nós recebemos da população e não é possível porque não é de agora que os aposentados deste País continuam sendo tratados da maneira mais vil possível, nós não podemos de maneira nenhuma aceitar que os aposentados brasileiros depois das conquistas consagradas na Constituinte continuem desrespeitados, ignorados e até humilhados pelo Governo Federal.

O artigo 194 da nossa Constituição Federal diz o seguinte:

"A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social".

Diz o inciso IV, diz o parágrafo único:

"Compete ao poder público nos termos da lei..." - e esta lei já foi feita em seguida à Constituinte, que depois foi vetada pelo Presidente da República e, na sequência o Congresso votou uma outra lei que finalmente deveria ter sido colocada em vigor - diz o seguinte:

"Organizar - compete ao poder público organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos e elenca aqui vários destes objetivos..." e diz o inciso

IV: "irredutibilidade do valor dos benefícios".

Já o artigo 194, diz que a seguridade social será financiada por toda sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, que é esta lei que me referi que o congresso já votou por duas vezes, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios e das seguintes contribuições sociais:

1° Dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro.

2° Dos trabalhadores.

3° Sobre a receita de concursos de prognósticos.

O artigo 201 da Constituição da República diz o seguinte:

Os planos de Previdência Social, mediante contribuição atenderão nos termos da lei, a lei que me referi há pouco.

1° Cobertura dos eventos e doença, invalidez, morte, etc.

§ 3° Todos os salários de contribuição considerados no cálculo do benefício serão corrigidos monetariamente.

§ 5° Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo e finalmente, o artigo 202 que foi o mais polêmico dos artigos discutidos e votados na Constituinte, diz o que já é do conhecimento de Vossas Excelências e que eu me permito ler agora.

"É assegurada a aposentadoria nos termos da lei" - essa lei que o congresso votou por duas vezes, "calculando-se o benefício sobre a média dos 36 últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar o seu valor, seus valores reais e obedecidas as seguintes condições e aí elenca aqui quais essas condições, questão de idade, questão de aposentadoria especial para a mulher que exerce o magistério e uma série de outras condições.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, com base nesta verdade que não é a minha verdade, é a verdade do povo brasileiro, que através dos seus representantes na Assembleia Nacional Constituinte votaram uma Constituição que tem que ser cumprida custe o que custar, doa a quem doer. Por esta razão é que estou nesta tribuna hoje para me solidarizar em nome da minha Bancada aos aposentados do Paraná, aos aposentados do Brasil, que estão em desespero, que estão desesperadamente procurando recorrer à justiça que todos sabemos que tem simpatia pela causa dos aposentados, mas não tem estrutura sufi-

ciente para dar vazão aos milhares de processos que fatalmente surgirão a partir desse movimento. Por isso, Senhor Presidente, deixo aqui registrado em nome da minha Bancada, a nossa solidariedade a esse movimento e em outras oportunidades nós aqui estaremos para nos somarmos a esse movimento que é mais do que justo e que já deveria, depois da aprovação da nova Constituição, ter sido colocado em prática neste País, mas infelizmente aqueles que vieram em nome dos descamisados e dos pés descalços, viram as costas para o trabalhador brasileiro, muito especialmente para os aposentados que são aqueles que trabalharam anos e anos, que contribuíram com sacrifício e que depois ao cabo desses anos de trabalho e sacrifício, ao invés de receberem a merecida e justa recompensa pelo seu trabalho, o que recebem é uma aposentadoria vil, uma aposentadoria de miséria, uma aposentadoria que nos envergonha a todos. Por estas razões é que estamos aqui nesta tribuna para registrar o nosso protesto à forma como esses aposentados vem sendo tratados pela Previdência Social do nosso País e a nossa solidariedade ao movimento dos aposentados do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) PTB com a palavra.

(Declina)

PL com a palavra.

(Declina)

PFL com a palavra.

(Declina)

PDT com a palavra. Deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nação a cada dia se assusta mais com o noticiário veiculado pela grande imprensa, e sobremaneira com o que se chama de mar de corrupção, de mar de lama que atinge o Governo Federal. No entanto, a perplexidade da nossa história recente, que passa pelas denúncias do jornal "O Globo" de ontem, que houve uma irregularidade na compra de material para uniformes e roupas de cama e banho do Ministério do Exército, no valor de 80 milhões de cruzeiros, super faturados, o que faz crer em casernas forradas de lençóis de linho, de lençóis adamascados, a mesma perplexidade que passa pela leitura do resumo do livro da Ministra Zélia Cardoso de Mello, o famoso livro escrito em parceria com o Senhor Fernando Sabino, chamado "Zélia, uma paixão", que a revista Veja qualifica como o livro escandaloso de memórias picantes, capaz de fornecer detalhes íntimos da aventura da ex-Ministra com o Senhor Bernardo Cabral, a

reportagem da *Veja* critica o livro classificando-o como um show exibicionista e a mesma matéria, o mesmo livro é tratado pela revista *IstoÉ*, senhor, com o título "A Dama de Ferro vai a forra" como um livro onde, com a ajuda do Fernando Sabino, se manifesta toda a mágoa de uma mulher ferida. A revista chama o livro de livro roxo e o considera uma revanche da Senhora Zélia contra Cabral, Rosane Collor e Egberto Batista. Ora, no País onde as compras do exército passam a ser questionadas, no País aonde a ex-Ministra da Fazenda enfoca em clima de folhetim, com a luz cruel que ilumina a vida pública, ela ilumina a sua própria vida privada. Neste País a inauguração do primeiro Centro de Educação Integral em Brasília, do primeiro CIAC, é um momento de esperança. Embora diga a grande imprensa e digam as mais variadas correntes de opinião de que a tal escola integral acoplada a albergue, a posto de saúde é uma espécie de grande desperdício e mais uma pirâmide para glorificar o farão reinante do que na verdade um equipamento capaz de conduzir ao bem comum do povo.

Para registro e para a História, usando este Horário da Liderança do PDT eu quero declarar o nosso apreço pela ideia da escola integral. Claro que condicionada à adaptação de cada local, de cada região, de cada cidade, a exemplo das escolas integrais que estamos fazendo hoje em Curitiba. O País precisa de uma saída pedagógica para a grave crise moral que nós estamos vivendo. Esta saída pedagógica pode passar pela ideia da escola que eduque todos, por tempo inteiro, que eduque para a liberdade, que faça gente melhor que faz o atual quadro da vida brasileira. Essa gente que compra superfaturando os provimentos do Exército, essa gente que consente em iluminar com a luz cruel da vida pública a sua vida privada. Esta gente que como o Jornalista Luiz Geraldo Mazza me acusa na "Folha de Londrina" de fantasma do IPUC, quando fantasma não sou. Faço este registro para a história para depois tomar satisfações nos termos da Lei de Imprensa do referido Jornalista, porque o meu papel na vida da Cidade efetivamente vai moralmente estampado no muito que já consegui cooperar para o bem da nossa Cidade de Curitiba.

Na verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós só conseguiremos efetivamente o País que merecemos, distante do triste Brasil que temos, a partir do momento em que nós nos voltarmos com reta intenção, na busca dos efetivos direitos do povo e para a construção da igualdade de oportunidades entre todas as pessoas.

Agora só para concluir e a título de anedota. Conta um Jornalista desesperançado, Gilberto Dimenstein, não sei se é ver-

dade ou se é apenas uma anedota política, que o Presidente Collor colocou o retrato da Beata Paulina do Coração Agonizante de Jesus no novo CIAC. Teria Sua Excelência confiado a esta Santa brasileira, a qual falta um milagre só para que o Vaticano a coloque nos altares, a condução dos destinos melhores do Brasil, a partir do processo educacional? E o que reporta o Gilberto Dimenstein é que a Santa imediatamente após tendo sido colocada na parede pelas mãos presidenciais, se desintronizou oficialmente. O seu quadro caiu no chão e espatifou-se. Será que a Madre Paulina já terá feito o milagre que faltava para que possa ser reconhecida a sua santidade indiscutível? Porque em se colocando contra o Governo da República do jeito como a coisa vai, efetivamente se comprova no espírito iluminado desta Freira, se é verdade a crônica reportada pelo Gilberto Dimenstein, que o milagre que faltava já aconteceu.

A Nação não pode ser esmagada por interesses alheios a sua História. O que de bom possa fazer o Governo da República não pode ser abafado pelo muito de mal que o Governo da República tem feito a este País.

E é nosso dever, e aqui me associo ao Deputado Paulo Maia, individual tentar fazer a História com armas e mãos limpas. E em quantos tiverem encarnados porque o fantasma não sou, o Senhor Mazza saiu da Tribuna da Imprensa, lamentavelmente, em quantos tiverem encarnado de carne e osso será meu propósito, buscar o bem comum com todo o empenho do meu ser, tentando fazer este País que só luta para fazer uma história com as armas do ser, com as armas da existência realmente voltada para o caráter e para o bem comum.

A propósito aconselho à Assembleia, a leitura atenta da Revista "Veja", seção do Paraná para futuras manifestações nesta tribuna, se não para a História, pelo menos para a sanidade da nossa memória comum.

Era isto. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.^o 308/91, de autoria do Deputado VALDIR ROSSONI, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paulo Frontin o imóvel que

específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem nº 88/91, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 636.000.000,00 ao vigente Orçamento Próprio do Departamento de Estradas e Rodagem-DER, para dar cobertura às despesas com obras de rejuvenescimento do pavimento asfáltico dos aeroportos de Loanda e Manoel Ribas e com atividades do Projeto de Estradas Rurais - Caixa Econômica Federal. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 451/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem nº 87/91, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 12.700.000,00 ao vigente orçamento da chefia do Poder Executivo, destinados à execução de reparos na FACITOL e aquisição de material permanente para a Fundação Faculdade de Artes do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 453/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem nº 85/91, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 66.300.000,00 (sessenta e seis milhões e trezentos mil cruzeiros), ao orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem nº 92/91, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.200.000,00 (vinte milhões e duzentos mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BATALHÃO SUEZ - REGIONAL DO PARANÁ. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 99 de 09.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 351/91

PARECER:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BATALHÃO SUEZ - REGIONAL DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o projeto instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para a declaração de utilidade pública estadual, inexistindo, assim, óbice de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do Plano de Lei em tela, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

MÁRIO BEZERRA - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/91, de autoria do Deputado Severino Felix Pessoa, declara de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL E EDUCACIONAL DA PARÓQUIA de Leopólis, situado na cidade de Leopólis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 109 de 04.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 391/91

PARECER:

O Deputado Severino Felix Pessoa pretende, através do projeto de lei em epígrafe, declarar de Utilidade Pública o Centro Social e Educacional da Paróquia de Leopólis. Para tanto, juntou a documentação exigida pela Lei nº 6994/78, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.09.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

DURVAL AMARAL - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, declara de Utilidade Pública a UNIÃO SOCIAL CAMILIANA - USC, com sede e foro no Município de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 114 de 12.9.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 405/91

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Senhor Deputado Orlando Pessuti, objetiva declarar de Utilidade Pública a União Social Camiliana - USC, com sede e foro no Município de Arapongas, Estado do Paraná.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição em exame,

notamos a perfeita consonância da iniciativa com os ditames da Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que normatiza a matéria de declaração de utilidade pública, nada encontrando que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, estando o projeto em condições de receber a apreciação do douto Plenário desta Casa.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
NELSON JUSTUS - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/91, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE EDUCACIONAL CENTRO-NORTE DO PARANÁ - SECENP, com sede e foro no Município de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 114 de 12.09.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 406/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Senhor Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Sociedade Educacional Centro-Norte do Paraná - SECENP, com sede e foro no Município de Arapongas.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da proposição em exame, notamos a perfeita consonância da iniciativa com os ditames da Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que normatiza a matéria de declaração de utilidade pública.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu Parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do Plano de Lei em tela, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
NELSON JUSTUS - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/91, de autoria do Deputado Colombino Grassano, declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE ASTORGA, com sede e foro na Cidade de Astorga, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 120 de 23.09.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 428/91

P A R E C E R:

O plano de lei em exame, de autoria do nobre Senhor Deputado Colombino Grassano, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar de Astorga, com sede e foro na cidade de Astorga.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição em tela, constatamos a inteira atenção da iniciativa aos ditames da Lei Estadual nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que normatiza a matéria de declaração de utilidade pública.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu Parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei, nada encontrando que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando a proposta em perfeitas condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
ROSSONI - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/91, de autoria do Deputado DUILIO GENARI, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES AUDITIVOS - A.P.A.D.A., com sede e foro na Cidade e Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 125 de 01.10.91.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 439/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Duílio Genari, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos A.P.A.D.A., com sede e foro na cidade de Toledo.

O projeto está elaborado em conformidade com as disposições desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Da mesma forma, atende aos preceitos contidos na Lei nº 6.994, que dispõe sobre as regras para a declaração de utilidade pública.

Desta forma, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental ou legal, somos pela tramitação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARAES
Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 442/91, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, declara de Utilidade Pública o CLUBE CULTURAL E RECREATIVO TEUTO-BRASILEIRO DE MARINGÁ, com sede e foro na cidade de Maringá.

gá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 126, de 02.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 442/91

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado João Preis, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o "Clube Cultural e Recreativo Teuto-Brasileiro de Maringá", com sede e foro no Município de Maringá.

Examinando o processado, verificamos a farta documentação que o instrui, atendendo perfeitamente a todas as exigências da Lei n° 6994 de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em nosso Estado.

Constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma está adequada ao Regimento Interno.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 443/91, de autoria do Deputado ALBINO CORAZZA NETO, declara de Utilidade Pública a FEDERAÇÃO DAS CONGREGAÇÕES MARIANAS da Diocese de Toledo - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado (Publ. no D.A. n° 126 de 02.10.91.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 443/91

P A R E C E R:

AUTOR: Deputado ALBINO CORAZZA NETO

SÚMULA: Declara de utilidade pública, a Federação das Congregações Marianas da Diocese de Toledo - PR.

O plano de lei, em espécie, pretende seja declarada de utilidade pública, a Federação das Congregações Marianas da Diocese - FECOMTO - de Toledo - Paraná.

Os documentos acostados, comprovam, por outro lado que a Federação das Congregações Marianas da Diocese de Toledo, é uma sociedade civil sem fins lucrativos (art. 1°, do Estatuto Social) e os membros do Conselho Deliberativo e da Diretoria não são remunerados, pela Sociedade e relevantes. (art. 31).

Inexistentes quaisquer óbices constitucionais, legais ou regimentais, somos por sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 444/91, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DOS BAIRROS: JARDIM PAULISTA, NOVA PAULISTA, DOM BOSCO e SAN REMO, com sede e foro no Município de Sarandi. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado (Publ. no D.A. n° 126 de 02.10.91.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 444/91

P A R E C E R:

Protocolo n° 9683

SÚMULA: Declara de utilidade pública, a "Associação de Moradores e Amigos dos Bairros: Jardim Paulista, Nova Paulista, Dom Bosco e San Remo", com sede e foro no Município de Sarandi.

AUTOR: Deputado João Preis.

O Autor juntou toda a documentação necessária, revelando tratar-se de entidade beneficente, sem fins lucrativos e cujo relatório exibe um bom trabalho em defesa da Comunidade.

Somos de parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento n. 2767, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 2770, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2771 a 2775, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 2776, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 2768, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n. 2766, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 2748, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos ns. 2761 e 2762, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n. 2769, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Retirado pela autora.

Até as 18 horas do dia de hoje, a Mesa estará recebendo emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, no gabinete da Presidência desta Casa, adido ao Plenário, estão os funcionários encarregados de receber as Emendas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei ns. 351, 391, 405, 406, 428, 439, 442, 443 e 444/91.

e do Projeto de Resolução n. 022/91

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 346 e 349/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALBINO CORAZZA, EM SESSÃO DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 1991.

"A engrenagem"

Em que pese a palavra "modernidade" já estar desgastada, por um lado, e ideologizada, por outro, devido à sua vinculação deliberada com o neoliberalismo, a notícia mais alvissareira divulgada no Oeste paranaense até estes meados de outubro de 1991 foi a criação do Programa Oeste Modernidade, no âmbito da Universidade do Oeste e de um grupo de empresas, entidades e órgãos públicos da região.

Quem, apressadamente e até com muita

razão, não acreditava que a Unioeste pudesse conhecer avanços ao arrempio das dificuldades conjunturais e de estrutura que atingem hoje fortemente o processo educacional, teve que se render às evidências: com a implementação do programa, estabeleceu-se, talvez pela primeira vez na região, a articulação mais concreta e promissora já celebrada entre várias instituições responsáveis.

A formação dos diversos núcleos de trabalho representou, já no contexto do próprio programa, um avanço inquestionável. Foi a diferença entre o protocolo de intenções que reuniu as diversas organizações integrantes e a prática efetiva, do diagnóstico técnico aos projetos específicos.

A expressão chave a orientar a ação de cada núcleo é "desenvolvimento regional". A magia dessa expressão se traduz por uma situação de necessidade e urgência. Não é à toa, portanto, que algumas ações práticas importantes "estão sendo encaminhadas em nível imediato", como afirmou o professor Erasto Castilhos de Mello, assessor especial de Assuntos Acadêmicos da Unioeste, que é também um dos coordenadores do programa.

São nove núcleos de trabalho, cada qual ligado às suas especificidades e envolvendo as entidades e organizações relacionadas mais diretamente com as tarefas enfocadas. Assim é que, por exemplo, o núcleo encarregado de promover a pesquisa e levantamento na área de tecnologia agropecuária é coordenado pela Ocepar (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná).

Mas o Programa Oeste Modernidade tem qualidades extras. Ele não reúne, bairristicamente, esforços exclusivamente oestinos. Como se notou pela participação da Ocepar, envolve também a iniciativa e o trabalho de órgãos do Governo do Estado e da iniciativa privada de nível estadual e federal. A participação da Itaipu Binacional, por exemplo, é uma contribuição que desloca o programa de um suposto eixo regionalista para a busca por uma inserção mais geral na política de desenvolvimento do País. Essa estruturação é correta e direciona positivamente o papel decisivo da Unioeste no processo oestino de desenvolvimento científico, tecnológico e...e ao fim e ao cabo...econômico.

A. L. E. P.

CONTABILIDADE E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO - ALG

BALANCETE FINANCEIRO
DE 01 a 30 DE SETEMBRO DE 1991.

REF. - ALG246

PAG. - 1

DATA - 30.09.91

RECEITA

ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS CORRENTES

Receita tributária	0,00
Receita de contribuições	0,00
Receita patrimonial	0,00
Receita agro-pecuária	0,00
Receita industrial	0,00
Receita de serviços	0,00
Transferências correntes	1.110.000.000,00
Outras receitas correntes	0,00
	<u>1.110.000.000,00</u>

RECEITAS DE CAPITAL

Operações de crédito	0,00
Alienação de bens móveis e imóveis	0,00
Transferências de capital	0,00
Outras receitas de capital	0,00
	<u>0,00</u>
	<u>1.110.000.000,00</u>

EXTRAORÇAMENTÁRIA

Débitos de tesouraria	0,00
Depósitos de diversas origens	276.958.173,28
Fundos especiais	0,00
Contas a regularizar	0,00
Contas do realizável	0,00
Acordos e convênios	0,00

Créditos de Despesas a Pagar

Fornecedores	201.741.358,06
Despesas com Pessoal	925.650.706,53
Outras despesas a pagar	0,00
	<u>1.127.392.064,59</u>
	<u>1.404.350.237,87</u>

SALDOS DO MÊS ANTERIOR

Caixa	0,00
Bancos	917.418.175,26
Vinculado em contas cor.bancárias ..	0,00
Títulos a receber	0,00
Devedores diversos	0,00
Diversos responsáveis	0,00
	<u>917.418.175,26</u>

TOTAL3.431.768.413,13

ABIB MIGUEL
Diretor GeralGABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Diretor do DAT

DESPESA

ORÇAMENTÁRIA

Legislativa	1.102.102.066,55
Judiciária	0,00
Administração e planejamento	0,00
Agricultura	0,00
Comunicações	0,00
Defesa nacional e seg. pública	0,00
Desenvolvimento regional	0,00
Educação e cultura	0,00
Energia e recursos minerais	0,00
Habituação e urbanismo	0,00
Indústria, comércio e serviços	0,00
Relações exteriores	0,00
Saúde e saneamento	0,00
Trabalho	0,00
Assistência e previdência	0,00
Transporte	0,00
	<u>1.102.102.066,55</u>

EXTRAORÇAMENTÁRIA

Restos a pagar

Pagamentos	0,00
Cancelamentos	0,00
	<u>0,00</u>

Débitos de tesouraria	0,00
Depósitos de diversas origens	138.973.876,45
Fundos especiais	0,00
Contas a regularizar	0,00
Contas do realizável	0,00
Acordos e convênios	0,00

Débitos de despesas a pagar

Fornecedores	95.100.436,76
Despesas com pessoal	837.631.572,32
Outras despesas a pagar	0,00
	<u>932.732.009,07</u>
	<u>1.071.706.885,52</u>

SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE

CAIXA

Bancos	0,00
Vinculado em C/Correntes Bancárias ..	1.257.980.461,08
Títulos a receber	0,00
Devedores diversos	0,00
Diversos responsáveis	0,00
	<u>1.257.980.461,08</u>

TOTAL3.431.768.413,13

EDISON C. DE OLIVEIRA
Coord. de Contabilidade